

A INFORMATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA: A CONSOLIDAÇÃO DE UM MODELO FEDERATIVO DIGITAL

DARLUCE ANDRADE DE QUEIROZ MUNIZ

Universidade Federal de Uberlândia - UFU
darlucea@hotmail.com

MARCELO SOARES PEREIRA DA SILVA

Universidade Federal de Uberlândia - UFU
marcelospsilva@hotmail.com

Esse trabalho busca analisar as implicações trazidas pela informatização da gestão da educação brasileira, tendo como foco o PDDE Interativo.

A informatização da educação é um processo iniciado na década de 1970, com o Projeto EDUCOM, e ao longo das últimas décadas diversas outras políticas foram implantadas visando o uso de tecnologias digitais na educação. Em um processo mais amplo, articulado com a Nova Gestão Pública (NGP) a tecnologia da informação foi essencial para a construção da Administração Pública contemporânea, foi nesse contexto, que a tecnologia da deixou de ser apenas uma ferramenta de gestão, para ser uma ferramenta de governança. Para Cepik; Canabarro; Possamai (2010) esse modelo foi denominado de governança digital. Deste modo, essas mudanças dizem respeito às modificações vivenciadas pelo próprio Estado na perspectiva gerencial.

Para Hypólito (2008) o Estado é Gerencial com uma tendência hegemônica e conservadora. Para Lima (2021) o Estado é Digital, prometendo maior transparência, participação e qualidade, mas, na verdade criando uma “burocracia aumentada ou hiperburocratização” (p. 05).

Sob essa ótica, compreendemos que as transformações vivenciadas na forma de apresentação do Estado atravessam todas as suas esferas de atuação. Nesse sentido, o modelo federativo brasileiro não fica à margem desse processo, e no contexto de um Estado Gerencial Digital, mudanças substantivas acontecem no relacionamento interfederativo brasileiro, mediatizado pelo uso de tecnologias.

A ferramenta digital de gestão do PDDE Interativo é definida pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) como uma “ferramenta on-



line de apoio ao planejamento e à gestão escolar” (Brasil, 2023, p. 12). O PDDE Interativo apresenta-se, em seu discurso oficial, como uma ferramenta digital de apoio ao planejamento e à gestão escolar; entretanto, sua análise revela que opera como mediação técnico-política que orienta, regula e condiciona as práticas de gestão no interior das instituições educativas.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza teórico-analítica.

A NOVA GESTÃO PÚBLICA E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Na década de 1990, o ideário da Nova Gestão Pública (NGP) se espalhou por muitos países ocidentais, incluindo o Brasil, que buscou reformar o Estado, rompendo com a fase burocrática e adotando uma nova forma de gerência pública. As implicações da redefinição do papel do Estado com a globalização permitiram que o setor público buscasse inovações do setor privado para uma gestão mais eficiente e produtiva. A privatização ganhou espaço na agenda política do Estado brasileiro, e o papel do Estado se redefiniu como gerente, indutor e regulador das políticas. Com essas reformulações, o Estado se inseriu no modelo de gestão gerencialista. Para Hypólito (2008), “existe uma estratégia política de reconstrução do Estado de introdução de Novo Gerencialismo e da Nova Gestão Pública (NPM) como um mecanismo baseado na dispersão” (p. 68).

O gerencialismo ou gestão gerencial é uma lógica sustentada por práticas que são sustentadas pelos princípios do planejamento estratégico, eficiência e eficácia, controle social, responsabilização e governo eletrônico (Silva e Carvalho, 2014). Para Gaulejac (2007), a gestão gerencial é uma ideologia que procura nas ciências exatas traduzir e simplificar as atividades humanas em indicadores e números de custos, benefícios e desempenhos, disfarçados de cientificidade e objetividade.

A aplicação desse modelo na educação traduz-se em diversas políticas de monitoramento, de controle e responsabilização. A racionalidade requerida nas instituições de ensino, e nos sistemas públicos de educação se constitui de tal forma que alguns programas implantados na década de 1990 e nos anos 2000 traziam princípios administrativos para educação, em que as escolas precisavam definir a sua missão, visão e valores, exatamente como as empresas privadas fazem.



Nesse contexto, a informática e as tecnologias digitais se tornaram fundamental para centralizar as decisões, e torná-las técnicas, por advir de um modelo matemático, que não admite análises subjetivas (Kuenzer Zung, 1984). A junção de tecnologia com a racionalidade instrumental, além de digitalizar e virtualizar os processos e a gestão, criou uma gestão algorítmica, em que as decisões são tomadas a partir de elementos e códigos virtuais por meio de plataformas.

A plataformização da gestão educação é um tema que ainda carece de bastante aprofundamento no cenário da educação, visto que muitos estudos tem se debruçado sobre as plataformas privadas, enquanto, que o modelo de plataformas oferecidas pelo governo não é plenamente analisado.

Nessa perspectiva, essa pesquisa se debruçou sobre a plataforma governamental, PDDE Interativo, que tem como premissa mediar a relação federativa. Por meio desta, buscamos desenvolver uma articulação entre tecnologia digitais e gerencialismo na construção de plataformas, que intentam implantar uma gestão baseada em algorítmico.

O PDDE INTERATIVO COMO MODELO DE PLATAFORMIZAÇÃO INTERFEDERATIVA

O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) lançou em 2012 uma plataforma digital como forma de digitalizar os processos do PDE-Escola (Programa de Desenvolvimento da Escola). A plataforma inicialmente chamada de PDE Interativo, se apresentou como uma ferramenta de apoio à gestão escolar. Sob tal lógica, a plataforma se materializou com a junção da racionalidade gerencial, tecnologias digitais e controle federativo.

A plataforma ao longo dos anos passou por transformações e atualmente chama-se PDDE Interativo. Apesar de não existir mais o PDE-Escola, a racionalidade instrumental e financeira, presentes na concepção do programa, permaneceu na lógica na da plataforma. Entretanto, na atualidade, esse processo tornou-se ainda mais complexo e refinado, pois com uso da plataforma, o FNDE estabeleceu um novo modelo de relacionamento no interior do pacto federativo.

Assim, as escolas mediatizadas pela plataforma, mantém o relacionamento direto com o poder central, que de forma verticalizada cria uma forma de pacto



interfederativo, onde os demais entes federados têm o seu poder diminuído, por essa articulação direta. Na prática o que essa gestão algorítmica e interfederativa aumenta o controle centralizado, induz no interior das escolas decisões tomadas pela necessidade de acesso ao financiamento, por meio de diagnósticos realizados em um modelo fechado, que não permite que a comunidade escolar possa refletir sobre a sua realidade.

Nesse sentido, o PDDE Interativo, em muitos momentos não é compreendido como uma plataforma, e sim, como um programa de financiamento. Essa falta de compreensão, do caráter da racionalidade técnico-político embutida nesse modelo gestão plataformizada, obscurece a finalidade desse modelo gestão em que o algoritmo induz as ações a serem executadas. Além disso, esse modelo hegemônico de gestão ao uniformizar práticas de gestão no interior das escolas de realidade distintas, elimina a real participação e a democracia no interior das escolas.

CONDIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia digital vem promovendo intensas transformações na sociedade e no interior do Estado. Essas transformações culminaram na criação de um Estado Gerencial Digital, deste modo, as plataformas digitais é uma síntese desse processo, em que se busca a construção de uma gestão digital ou governança digital.

Sob essa perspectiva, o PDDE Interativo busca a operacionalização desse modelo, trazendo para o interior das escolas uma articulação federativa direta com as instâncias superiores, que intenta trazer autonomia e diminuir a burocracia. Mas, que na prática se caracteriza por um controle gerencial central, constituindo um novo modelo federativo, que tem a escola como elemento central de relacionamento.

A esse processo denominamos um Gerencialismo Digital Interfederativo, que pode ser compreendido como um modelo gestão que transfere a execução às escolas, mas mantém o comando normativo sob o nível federal, ao mesmo tempo, que guia as decisões por cruzamentos de dados do algorítmico, reduzindo o papel da reflexão sobre os problemas e ações por parte da comunidade escolar. Nesta compreensão, existe um duplo movimento, ao mesmo tempo que o PDDE Interativo aproxima a escola do poder central, ela afasta a escola da construção de uma gestão efetivamente democrática. Com isso,



tanto esse conceito, quanto esse processo ainda carecem de um melhor aprofundamento e estudo.

REFERÊNCIAS

CEPIK, Marco Aurelio Chaves; CANABARRO, Diego Rafael; POSSAMAI, Ana Julia. *Do novo gerencialismo público à era da governança digital. Governança de TI: transformando a administração pública no Brasil*. Porto Alegre: WS, 2010. p.[11]-35, 2010.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

Hypólito, Álvaro M. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. *Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação* - Periódico científico Editado Pela ANPAE, v 24, nº 1, jan-abr 2008. Disponível em <https://doi.org/10.21573/vol24n12008.19239>. Acesso em 28/ ago. 2025.

Kuenzer Zung, A. Z. K. A teoria da administração educacional: ciência e ideologia. *Cadernos De Pesquisa*, São Paulo: FCC, v. 48, p 39, -461984, 1984. Recuperado de <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1411>. Acesso em: 28 ago. 2025.

LIMA, Licínio C. Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, e249276, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PyfCP4xcqHvTKm6M3TPsB4h/>. Acesso em: 22 jul. 2025. Acesso em: 08 set. 2025

SILVA, Marcelo Soares Pereira da; CARVALHO, Lorena Sousa. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. *Revista Educação Em Questão*, v. 50, nº 36, 2014, p. 21139. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7085/5277>. Acesso em 10 set. 2025.

